

COTTINELLI TELMO  
OS NOVOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

(CONFERÊNCIA PROFERIDA NO 12 DE DEZEMBRO DE 1934)

**Separata das Conferências sobre problemas de Urbanização, realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, de novembro de 1934 a janeiro de 1935**

SENHORES REPRESENTANTES DA CÂMARA,  
MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES:

Teve a atual Vereação da Câmara Municipal de Lisboa a ideia de abrir um concurso para a urbanização da Cidade:

Não a felicito pela ideia que teve:

1.º — Porque a ideia não é original.

2.º — Porque as consequências vão ser, para ela, talvez mais desagradáveis que agradáveis.

Se lançasse estas afirmações com o simples propósito de assustar V. Ex.<sup>as</sup>, procurando um efeito que me pusesse nas mãos, de entrada, as rédeas das vossas atenções, teriam V. Ex.<sup>as</sup> o direito de abandonar a sala com um encolher de ombros sinónimo de: — «Isso é já muito velho»!

Mas V. Ex.<sup>as</sup> ficam, porque sabem que estou sendo sincero.

A ideia não é original porque todos nós — que somos urbanistas, higienistas, técnicos de tudo, realizadores, críticos — quando chega a hora dos desabafos, quer à sobremesa, quer no intervalo do espetáculo — temos frequentemente bramado contra o estado da cidade, do trânsito, dos edifícios; temos dito energicamente: — «É indispensável, é urgente, é inadiável resolver este, aquele, todos os problemas que se prendem com a transformação de Lisboa; temos apontado — com o indicador mais ou menos espetado, «com ou sem bengala», variadíssimas soluções — e se nada fazemos é porque não nos chamam para fazer parte da Vereação!...

Quanto às consequências é fácil prevêê-las: lançada a notícia nos jornais tudo são aplausos; mas o eco das palmas e dos vivas apaga-se, o fogo sagrado, esse, não pode apagar-se, a máquina não pode parar — uma vez que foi posta em movimento — e então começa o trabalho surdo, de sapa (já começou!) aquele que não se vê e por isso não acende foguetes nem luminárias, e, ingloriamente, há que arranjar lenha, abanando os indiferentes, os egoístas que aplaudiram e dizem: — «Lá se avenham, que eu tenho mais que fazer» — ou — «Depois falaremos!» — e inventando notícias para os jornais, reunindo comissões cujos membros mais facilmente se desagregam que agregam, promovendo conferências como as que tão brilhantemente se têm realizado nesta sala, etc., etc., etc.

A ideia, posta em prática, lá vai caminhando; mas no dia em que for coisa material, palpável, tenra, que dê apetite meter-lhe os dentes ou as unhas — pobre Vereação, pobres colaboradores!

E só lastimo que *aqueles que fazem qualquer coisa*, que têm a coragem de fazer qualquer coisa, não possam tomar perante as galerias a atitude de um cantador de fados a quem, há coisa de dois anos, ouvi dizer para a assistência, que o não tomava a sério, esta frase cheia de conceito e que vou repetir incompleta para não quebrar o ambiente solene desta sala:

«—Seus... Aqui é que eu os queria ver!»

Mas eu fui longe de mais e não disse bem o que queria dizer: — Que importa que certas ideias andem no espírito de todos, se o mérito está no pequenino movimento que, disparando a arma de fogo, transforma a vida em morte; — naquela notícia que a Câmara lançou nos jornais, audacioso e significativo pequeno movimento que transformará a cidade moribunda ou morta por excesso de vida, numa cidade viva? Que

importam as consequências, sejam elas quais forem, se à superfície de tudo isso há de vir um reconhecimento profundo de todos nós lisboetas e portugueses por essa decisão da Câmara, sejam quais forem os resultados dela?

Lisboa, coração de Portugal: — Reuniu-se a junta médico-cirúrgica que vai tratar de te remoçar: — Louvores a quem tomou a presidência!

Este meu preâmbulo é mais uma gota de água no oceano, mas por ser eu o meu primeiro arquiteto que fala aqui, e um pouco para dar cúpula ao final deste ciclo de conferências, interpretando com certeza os sentimentos de todos os arquitetos portugueses — manifesto o meu reconhecimento pelos autores de tão corajosa e nobre iniciativa que coloca diante de todos aqueles que nela vão colaborar um problema admirável cuja solução vai pôr à prova o seu amor pela profissão e pela cidade de Lisboa.

#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

«Edifícios públicos» é uma designação muito vaga. «Edifícios públicos» são afinal os estádios, os teatros, os cinemas, os mercados, os bancos, etc. No entanto, é costume designar por esta forma os edifícios do Estado; mas todas estas classificações são muito arbitrárias e por isso, sendo-me impossível limitar definitivamente o meu campo de ação — dentro do tema que me foi distribuído — e estabelecer princípios ou critérios gerais, quando não há senão casos particulares, vou focar, nesta visita que vamos fazer à Cidade — se V. Ex.<sup>as</sup> aceitam a proposta — aqueles edifícios onde figuram ou se subentendem as armas nacionais e respetiva legenda: «República Portuguesa».

Quere a força das circunstâncias que seja eu o cicerone, mas descansem que não lhes vou dizer que tal coluna foi feita duma pedra só, ou que para se construir aquele zimbório foram precisos tantos mil operários pagos a tantos cruzados, pintos ou réis!...

Preciso também de fazer um aviso muito importante: aquilo que por vezes pareça maledicência, azedume, não é: vou apontar afinal *o que todos nós sabemos que é assim*. Dizer apenas que o Tribunal da Boa-Hora é um «pardieiro», uma «espelunca», não é um lugar-comum horrível? — Mas tranquilizem-se V. Ex.<sup>as</sup> que este banquete porventura indigesto terá no fim o seu prato de arroz-doce...

O que vai seguir-se não é ataque a ninguém; as coisas são o que são e em princípio todos nós desejaríamos reproduzir em Lisboa a imagem do Paraíso; mas há sempre, por melhores que sejam as intenções, dificuldades materiais e de outras ordens que é impossível vencer.

Por outro lado este meu aparente pessimismo não é mais do que a despedida otimista dum estado de coisas que tende indiscutivelmente a desaparecer, de tal modo é universal o esforço de ressurgimento em todos os campos.

O ponto de partida é daqui, da *Câmara Municipal*. Começamos bem! Um edifício dos fins do século XIX (1867-75 — Arquiteto Domingos Parente), construído para o fim a que se destina; um dos poucos a que podemos chamar contemporâneos e que nos vem sempre à ideia quando pensamos em edifícios públicos importantes. «Chega-te aos bons e serás um deles», e assim, os Paços do Concelho são valorizados pela proximidade da nossa mais linda praça e conjunto arquitetónico: o *Terreiro do Paço*.

Quaisquer que sejam as considerações que fizermos acerca da planta labiríntica desses majestosos e nobres edifícios que constituem a Praça do Comércio, as razões de falta de espaço, de luz, etc., que apresentarmos, a verdade é que, por mais que procuremos, não encontramos em Lisboa nem local, nem edifícios, nem disposição de edifícios para alojar tão dignamente os Ministérios da Nação. Ponhamos os olhos na estátua de D. José, no medalhão do seu 1º Ministro, pensemos em Eugénio dos Santos — e confessemos que o século XVIII continua a dar-nos uma grande lição. E ainda não respondemos ao desafio!...

Se os Correios e a Bolsa desejarem sair dali algum dia, hão de fazê-lo certamente com saudades.

Não prejudica o conjunto a moderna *Estação do Terreiro do Paço*, metida lá ao canto para não afrontar

a praça e com um ar propositadamente diferente dela para que não se julgasse que era obra do Marquês; mas sobre isso, ponto no assunto.

O *Arsenal da Marinha*, de nobres antecedentes, é de reconstituição pombalina (século XVIII). No Aterro temos o limpo *Mercado*, cuja cúpula de azulejo branco foi causa do delicioso epíteto popular de Mesquita de Ali-Há-Nabo, de construção recente, junto ao edifício da Assistência e da moderna estação do Cais do Sodré. Do outro lado, em S. Paulo, a *Casa da Moeda*, onde existiu a antiga Junta do Comércio, criada em 1649 e transformada no fim do século XIX, pelo arquiteto José António Gaspar, para ter o destino que tem ainda hoje. Os tempos, porém, mudam, e ela está prestes a mudar-se para melhor local e melhor edifício <sup>(1)</sup>.

Mas o Aterro segue entre barracões, fábricas e terrenos abandonados — e exceto o verdadeiro pitoresco da Rocha do Conde de Óbidos e a majestade calma da zona de Belém — continua a ser uma *estrada*, — como muito bem disse o Sr. Capitão Maia Loureiro — que nos apetece abandonar.

No Conde-Barão o velho *Instituto Superior Técnico* está ainda instalado, segundo a regra, num edifício antigo, — mas nem valia a pena falar disso, porque espera por ele o mais monumental edifício escolar do nosso tempo — de que falaremos depois.

Se tomarmos pela Avenida Presidente Wilson, cumprimentamos o lindo chafariz da Esperança (século XVIII) e encontramos-nos em presença do *Quartel dos Bombeiros Municipais*, edifício do fim do século XIX (1894), construído segundo projeto do engenheiro Augusto Ferreira, de aspeto banal e muito bom para alojar uma companhia, mas em nada correspondente à organização moderníssima que abriga.

Mergulhamos de novo nos séculos passados: Onde hoje há bombeiros, houve já frades, porque era ali o Convento da Esperança (século XVIII), cujos restos foram destruídos no século XIX por um grande incêndio, o que com certeza não teria sucedido se existisse já ali o Quartel da Esperança.

O *Palácio do Congresso* não é mais do que o Convento de S. Bento da Saúde, concluído no começo do século XVII (1615) e transformado sucessivamente até ao momento presente, em que as obras ainda não estão concluídas, e por isso, do lado de S. Bento a marca fradesca não está apagada, como de resto o não está na própria fachada principal, cujos arcos de entrada são os da primitiva arquitetura. Nele se encontra o precioso *Arquivo Nacional*, onde a história pátria não está armazenada dignamente nem porventura com segurança.

Estamos ao pé do Posto de Desinfecção. Aqui está uma presença que não será das mais aconselháveis esteticamente como vizinhança do Parlamento, embora nada haja a dizer dos seus serviços, instalados em construções do nosso tempo; mas dizem-nos que está prevista a sua mudança dali para outro sítio.

Subimos até o Quelhas. O quê? Outro Convento? É verdade. Convento das Brígidas, das Inglesinhas, do Quelhas, como lhe quiserem chamar, fundado por D. Isabel de Azevedo no fim do Século XVI e ao qual se agregou um edifício moderno onde está instalada a *Emissora Nacional*, cremos que por empréstimo do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. — Quando não se trata de Convento propriamente dito, há sempre um cheiro a convento...

Como estamos perto da rua das Trinas sigamos por um labirinto até ao *Arquivo de Identificação*. Se tivéssemos vindo de baixo, quando lá chegássemos, depois daquela penosa ascensão, ninguém nos identificava. Mas pergunto: É isto o arquivo de identificação, este antigo Convento das Trinas onde há mais parede escalavrada que janelas? Usarão os pacientes — que lá dentro rebolam as pontas dos dedos, molhadas em tinta, sobre cartões — limpar as mãos à fachada quando vêm cá para fora? — E a impressão, aliás descabida de que aquele ato digital implica o considerarmo-nos um pouco sujeitos a perseguições futuras por parte da Justiça, não é agravada pelo aspeto da Penitenciária que tem o casarão? Muito mais risonha é a Penitenciária, com o seu ar de litografia, de construção armada por crianças, com o indispensável soldadinho de chumbo à porta. Esta, que podia impor mais respeito, não o impõe tanto como aquele...

Descemos, voltamos à direita e encontramos em Santos de Cima a *Escola Industrial Fonseca Benevides* instalada no velho Palácio da Ega.

Se fôssemos a citar todos os casos como este, não acabávamos: — *Rodrigues Sampaio* (Palácio dos condes de Mesquitela), *Veiga Beirão* (idem do Marquês de Tancos), *Afonso Domingues* (Madre de Deus), *Escola Militar* (Paço da Bemposta), *Colégio Militar* (Convento da Luz), etc.

Valha-nos a *Escola Politécnica* (1877) e a *Médica* (1911), os *Liceus de Passos Manuel*, *Pedro Nunes*, *Camões*, *Maria Amália Vaz de Carvalho* e as modernas dependências de *D. Felipa de Lencastre*, etc. (Façamos de conta que nos esquecemos do *Liceu de Gil Vicente*...)

A verdade é que quanto a edifícios de ensino, Portugal está muito bem fornecido. Lembremo-nos dos magníficos *Liceus* que se estão concluindo pelo país...

Passemos pelo *Museu de Arte Antiga*, antigo Palácio das Janelas Verdes (século XVII com alterações no XVIII). Muito bem arranjado interiormente, mas não passa de uma adaptação!...

Na Rocha do Conde de Óbidos a *Administração do 4.º Bairro e 7.º Fiscal*, com mercearia por baixo, está instalada no Palácio de D. Brás da Silveira (século XVII). Estas administrações de bairro e postos de Registo Civil merecem um estudo especial. Mais longe falaremos deles.

No Palácio dos Condes de Óbidos, (século XVII), alojam-se a sede da *Cruz Vermelha*, a residência do seu Secretário-Geral e a garagem (sic).

O *Quartel da Guarda Republicana*, 2.º batalhão, ao lado, ocupa a igreja e o Convento dos Hospitalares de S. João de Deus (século XVII). Não me admiraria se a igreja de S. Francisco de Paula, dos Mínimos Franciscanos (século XVIII) fosse ocupada pela esquadra de polícia da rua Ribeiro Sanches. Temos visto pior...

Ao fim da Pampulha, na rua Tenente Valadim, o *Dispensário de Alcântara*, do nosso tempo, disfruta a companhia de um gasómetro, uma das poucas peças que até agora não vimos ter sido instalada em qualquer convento.

E não sabemos como isto se não deu, porque mais adiante está o Convento do Sacramento, ou parte dele, com a sua igreja, fundada pelos Dominicanos no século XVII, para ser hoje um *Depósito de Material de Aquartelamento do S. A. M.*, como se lê na chapa esmaltada. Ao ar livre, encostadas à parede, muitas camas de ferro à espera de destino ou arrumação, e por cima do portal, que nada tem de extraordinário como arquitetura, esta inscrição que parece um comentário: «Louvado seja o Santíssimo Sacramento!...»

O *Quartel dos Marinheiros*, de 1800 e tal, é afinal o mais imponente de todos os que possuímos, aquele que tem, por assim dizer «arquitetura», embora seja triste e pesado, porque o «estilo quartel» em geral é aquilo que nós sabemos: Vide o «Manuelino» do Carmo, o «Medieval» do da Graça, e todos esses castelinhos de papelão onde a base é sempre um convento.

O *Palácio das Necessidades*, residência de reis e príncipes, a não podia estar mais a caracter para instalação do Ministério dos Negócios Estrangeiros; mas sempre o século XVIII!

Esquecia-me do Quartel-General — o Governo Militar de Lisboa — que ocupa também o palácio; mas para estas bandas uma população variada enxameia aqueles corredores e escadas, deixando de vez em quando pelas paredes uma inscrição a lápis: «Salvei-me da *ispesão* (sic). Artur 1932.»

Na *Praça de Alcântara* um mercado do falecido arquiteto José Alexandre Soares, de aspeto muito agradável (1906). Não estamos mal servidos de mercados; pena é que toda a parte metálica, em geral, seja pintada a carvão! Destaco o *Mercado de Campo de Ourique*, do falecido e querido colega Raul Martins, e o que se está concluindo para os lados de Almirante Reis.

A *Escola Industrial Marquês de Pombal*, não é pombalina: é de 1886; mas o seu estilo tijolo e louça das Caldas não fica muito aquém do estilo «bisarma» da *Machado de Castro*, acabada há pouco.

Ora aqui temos uma esquadra de polícia que vale a pena ver: a do Calvário. Ocupa a capela do Convento de Francisca- I nas onde está a *Escola Primária D. Pedro V* e tem uma fortificação anexa do século XX: cubelos, seteiras e caminho de ronda de cimento armado, defendendo a rua l.º de Maio dos ataques de não sei que inimigo.

E para que havemos de falar do *Instituto Ultramarino*, dos *Armazéns da Alfândega* e *Posto da Guarda Fiscal*, que tomaram conta das antigas prisões da Junqueira; da *Cordoaria*, onde se abrigaram a *Escola de Medicina Tropical* e o *Depósito Militar Colonial*; do *Museu dos Coches*, do *Museu Agrícola Colonial*, *Casa Pia* e *Museu Etnológico*, se neste trajeto apenas encontramos o *Hospital Colonial* e o *Aquário de Algés*, instalados em edifícios Modernos e apropriados?

Voltemos para trás; passemos pela Tapada da Ajuda. Nela encontraremos o *Observatório Astronómico* fundado por D. Pedro V (século XIX); o *Museu Agrícola Colonial* em cuja inauguração, eu, menino e moço, tropecei nos pés do rei D. Carlos; o *Instituto Superior de Agronomia* concluído em 1927, tristemente cinzento, e a *Estação de Cultura Mecânica* e um *Posto Central de Fomento Agrícola*, ambos moderníssimos.

Mas se estamos respirando há um bocado, lembro-lhes que o *Hospital Militar da Estrela* está instalado no antigo e primeiro Convento de Beneditinos, (século XVI), do que não se salva, a-pesar-de ter um pavilhão construído há doze anos, e um outro ali perto, na antiga cerca dos Carmelitas descalços, cujo convento, anexo à Basílica da Estrela (século XVIII), está ocupado pelo *Instituto Geográfico e Cadastral*. E como este hospital, todos os outros hospitais de Lisboa, conquanto possuam enfermarias, laboratórios e salas de operações exemplares, não passam de conventos adaptados: Arroios, Desterro, Rego, Rilhafoles, Santa Marta, S. José, Santo António dos Capuchos e o da Marinha. O da Estefânia, inaugurado em 1877 e fundado pela mulher de D. Pedro V, é o único que nasceu já hospital.

Não nos desconsolamos: temos o novo *Manicómio*, a *Maternidade*, o *Instituto do Cancro* e vários outros, que não nos deixam mal colocados.

Há sempre um momento crítico nas conferências: aquele em que os ouvintes espreitam discretamente a altura do maço de folhas que falta ler, e o conferente sente que o caso está malparado e é preciso abreviar.

Além disso V. Ex.<sup>as</sup> estarão pensando que se ainda vamos na Estrela, quando será que chegamos ao Poço do Bispo!

Pois vamos ao Poço do Bispo.

*Do Palácio da Mitra*, (século XVII), admiravelmente cuidado e verdadeira pérola no monturo, fez a Câmara Municipal uma Biblioteca, tal como desse outro *Palácio dos Condes das Galveias*, da mesma época, ao Campo Pequeno, outra peça admirável de arquitetura, também Biblioteca e Arquivo da Câmara, e igualmente tratado com um carinho que honra. Assim, sim!... Se fosse possível cuidar de todas essas antiguidades admiráveis, nem talvez pensássemos em demolir as menos admiráveis.

Quando dizemos isto, não nos referimos ao pesado mas imponente Convento de Xabregas (pombalino) onde está a *Fábrica de Tabacos*, nem à *Igreja e Convento do Grilo*, (século XVII), com o seu magnífico adro lajeado, que serve de Recolhimento, nem à *Bolsa Agrícola*, celeiro público que D. José mandou construir «para segurar a abundância de pão aos moradores da sua nobre e leal cidade de Lisboa e desterrar dela a impiedade dos monopólios», mas sim ao *Instituto do Professorado Primário Oficial Português* (antigo Convento de Santos-o-Novo), que por fora é o mais detestável casarão que os nossos olhos viram.

Estamos no Campo de Santa Clara: *Tribunal Militar*, *Arquivo Histórico Militar*, *Depósito de Fardamentos*, *Fábrica de Equipamentos e Arreios*, etc., seguem a regra de apego às antiguidades arquitetónicas, e, nas célebres Obras de Santa Engrácia, sapateiros e ajuntadeiras fabricam calçado, enquanto se procura dar destino mais digno a tão original e imponente monumento.

Que importa que não nos tenhamos referido ao Matadouro, se está destinado a morrer? Ao Limoeiro e Aljube, se é melhor nem falarmos deles? Que importa que, injusta mas não propositadamente, tenhamos votado ao esquecimento edifícios dispersos e valiosos que tornariam este inventário mais longo do que está, se vamos fechar com o novo *Instituto Superior Técnico* e o edifício da *Estatística*, os quais, com o grupo de habitações que os rodeiam (nem todas!) constituem o conjunto mais gritante e mais representativo da Lisboa moderna?

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Vinte minutos são passados e ainda nada dissemos a V. Ex.<sup>as</sup> sobre os novos, queremos dizer, «os futuros edifícios públicos».

Numa viagem de ziguezagues caprichosos, viagem cheia de certa boa disposição, demos impressão de pôr tudo pela hora da morte, com uma ironiazinha velhaca e superior... Nada disso!

Pensem V. Ex.<sup>as</sup> o que teria sido se apenas tivéssemos enumerado velhos e novos edifícios,

acompanhando a relação de datas, nomes de arquitetos, referências históricas e mais nada; tudo seco, tudo frio?... Era um trabalho de que não tirávamos conclusão alguma, e assim, tiramos duas, que a cegueira com que olhamos para as coisas familiares nos faz esquecer:

1.<sup>a</sup> — Possuímos uma coleção de velhos edifícios cujo valor vai de «zero» a «infinito», considerados todos os fatores materiais e sentimentais.

*Precisamos decidir da sorte deles:* desde a demolição pura e simples até à sua valorização máxima, passando por todas as gradações intermédias: — dar-lhes destino diferente do que têm, introduzir-lhes modificações, beneficiá-los, adaptá-los — quando isso seja possível e sensato.

2.<sup>a</sup> — Necessitamos de *muitos* edifícios novos em toda a extensão da palavra: É preciso projetá-los e construí-los; — saber agrupá-los e... localizá-los!...

É justamente porque certos ridículos não são apontados claramente que todos nós nos entregamos a uma inércia que nada modifica, que cultiva esses ridículos.

Falámos há bocado de postos de registo civil, de administrações de bairro, etc., locais absolutamente oficiais que se dispersam pela cidade ostentando o emblema dos serviços do Estado.

Não seria possível arranjar pequenos edifícios próprios onde o registo, a administração, a esquadra de polícia, a estação telégrafo-postal, etc., se juntassem de modo a evitar o registo num rés-do-chão da Rua Ferreira Borges, uma esquadra com latada à porta, noutra rés-do-chão em Santa Apolónia?

Lembramo-nos da impressão dolorosa que tivemos quando assistimos pela primeira vez a uma cerimónia de casamento civil num desses postos do registo. Supúnhamos que — fosse qual fosse o aparato da cerimónia — nos encontraríamos espiritualmente sob a égide do Estado, mas não. O Estado, sem falar dos seus dignos e corretíssimos funcionários, estava representado apenas por um busto de República, colocado sobre uma coluna de torcidos, ao canto duma casa forrada a papel barato de casa de jantar, com móveis de variado gosto e uma teia semelhante a grade de escada pobre.

Que deceção! Que esforço o desses pobres funcionários que pretendem, não digo dar solenidade ao ato, mas conservar-se dignos! Pobre bandeira nacional, reduzida à categoria de pendão de modesta associação de classe; pobre personificação do Estado, nesse busto da República com dois palmos de altura, fabricado em série!... Não pedíamos a nave monumental de uma igreja, pedíamos apenas *dignidade*.

Ao lado, no mesmo rés-do-chão, os correios e telégrafos: a chapa esmaltada de sempre, o balcão de tenda com um postigo aberto em rede de capoeira... (2)

O problema dos edifícios públicos deve começar pela solução destas supostas ninharias que são a amostra e a semente das grandes realizações; e se é admissível alojar uma administração de bairro numa casa velha, é preciso tirar-lhe a mercearia de baixo, substituir-lhe a chapa esmaltada ou a tabuleta barata por uns dizeres condignos.

Do problema dos novos edifícios públicos faz parte um problema prévio que é o de decidir da sorte de todos esses conventos e palácios onde se alojaram serviços oficiais, como já dissemos.

Quem percorre a cidade, como nós o fizemos, com o propósito estabelecido de olhar para tudo, de *descobrir a cidade*, não pode deixar, por mais desapegado que seja das coisas velhas, por menos arqueófilo (sic), de reconhecer que nem só o Terreiro do Paço marca, ou o Nacional, ou os Paços do Concelho: há muitas peças de arquitetura que passam despercebidas porque não estão valorizadas em si, nem no conjunto.

Tudo requer tratamento e acompanhamento. E vamos sempre cair na necessidade de urbanização, não digo já no sentido mais extenso da palavra, mas no que se refere ao arranjo deste largo, à beneficiação daquela rua, etc.

Lembramo-nos de certas violências urbanizadoras praticadas no Aterro e sinceramente as perdoamos: já não há barracões de peixe no Aterro, do lado da linha férrea!

— Tejo, fragatas, gaivotas, peixe, está tudo muito bem, tudo isto faz parte da poesia lisboeta; ah! mas o peixe, o cheiro a peixe cru, que elemento de pitoresco! Peixe e gás! — que dois companheiros inseparáveis do Aterro, que já de si diz entulho, lixo. Chamem-lhe Avenida, chamem-lhe da Índia: — há sempre nela o peso do entulho, do peixe, do carvão, do gás.

Suponhamos que na Praça de D. Luiz se colocava um monumento magnífico de mármore e bronze: Como podia ele fazer-se valer se todo aquele ambiente é sombrio, triste, como se ali não morasse ninguém, mas apenas houvesse alcatrão, cordas, correias para máquinas e não sei que mais especialidades? —

Como pode impor-se o lindo corpo central do Arsenal de Marinha, se o pavimento desarranjado da rua do Arsenal, se as carroças e camionetas que levam ferros, barrotes e fardos de bacalhau, se um trânsito irregulamentável (sic) trepam por ele imprimindo-lhe fisionomia de casarão, de barracão de ferro-velho? Um pouco de tratamento na fachada, a supressão ou arranjo da parte do lado do Corpo Santo e seria outra coisa!

Quem me diz que a Bolsa Agrícola não teria um outro ar se se deitassem abaixo essas casas fronteiras, feitas de sarrafos e calíça, e o local sofresse um outro arranjo?

Em beleza, em grandeza, ou ambas as coisas, os séculos passados ainda se impõem, e se amanhã nos aparecessem os beneditinos, os franciscanos, os carmelitas, reivindicando os seus direitos de propriedade, teríamos de improvisar uma nova cidade onde se alojassem tantos dos serviços oficiais que hoje ocupam as casas que foram deles.

Dois exemplos: Defronte do Museu das Janelas Verdes há um largo, um espaço que nos permite ver o edifício sem termos que torcer o pescoço; que permite o estacionamento de carros (autêntica e velha solução dos parques para este fim) se amanhã qualquer acontecimento no edifício levar lá grande afluência de gente que permita, a quem dentro dele se encontre, deitar a vista para fora e encontrar atmosfera, distância: pois a Emissora, ou seja o Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, foi implantado à banda, tem a entrada por uma calçada estreita, está entalado ou encostado a prédios pobres, foi atirado para um canto, não se sabe porquê!

Para quê falar de novos edifícios se antes de mais nada *é necessário saber colocá-los* e não os meter a martelo na primeira nesga de terreno disponível, à banda, à toa, com a convicção de que «quem vier atrás fechará a porta», isto é: quem vier talhará, cortará, de modo a pôr direito o que estava torto?

Reina a discussão em torno do terreno ao lado do Palácio do Congresso: — Vai para lá o Museu de Arte Contemporânea? Vai o Palácio de Justiça, segundo alguém alvitrou?

Tudo é possível, mas que por amor de Deus se não pense em colocar ali o Palácio da Justiça! Que me perdoe quem foi da ideia, mas ali?

Qual é o eixo de simetria do conjunto? A Calçada da Estrela, — que chega cá abaixo a S. Bento e se encolhe com frio nos escassos metros dos Poiais ou faz o «grand-écart» na Rua de S. Bento?

Juntar dois palácios, de mãos dadas, num local «torcido», irregular, onde não há arranjo fácil em planta nem em alçado? O que não seria preciso fazer, em demolições, expropriações, para que tal casamento não fosse desastroso? Que habilidoso arquiteto conseguiria que aquele conjunto não ficasse com uma perna mais curta: a Justiça no rés-do-chão, o Parlamento no 1.º andar? Que habilidades, para quê? Porque não há terreno? Mas se a Cidade se vai desdobrar não compreendemos que se fique eternamente a sonhar com o «coração» da Cidade, se os meios de transporte existem e poderão ser mais rápidos quanto mais se dispuserem as artérias para tal fim.

O coração duma Cidade está, de facto, onde forças complexas o colocaram; mas se não é fácil transportá-lo para onde o nosso capricho quere — é possível forçar a corrente dos hábitos num determinado sentido, por processos digamos, artificiais — e um belo dia o coração aumentou de volume, deslocou-se, para não dizer que outro órgão o substituiu nas suas funções.

Um desses processos *artificiais* de deslocar o coração duma cidade está justamente na colocação de edifícios importantes em determinados pontos considerados afastados do centro.

O movimento criado em torno deles, o íman da sua presença, chamará habitações, estabelecimentos, hotéis, etc., criará um outro centro e nessa altura pergunta-se: Quem é que está descentrado? Qual é o verdadeiro ponto de referência?

Para esse terreno ao lado do Congresso faça-se o que se fizer, só há uma solução: ou nada, ou um edifício que passe despercebido, que não afrente o do Palácio existente (³).

O Convento de S. Bento era um casarão sem interesse: fizeram dele «alguém»; a escadaria que se está construindo é mais um passo para enriquecer o conjunto do Palácio e zona fronteira; mas para onde dá essa escadaria?

Para um cruzamento duma rua larga com uma rua estreita — uma terra de ninguém... que não seria preciso fazer para que toda essa zona ficasse verdadeiramente bem?

Belém, antigamente, ficava nos arredores de Lisboa e hoje é Lisboa; quem nos diz que, daqui a dois séculos, Amadora e Queluz não serão também dois bairros de Lisboa? E não há terrenos...

A praxe, ao implantar edifícios novos, é esta: respeitar alinhamentos dados por grupos de casas velhas a pedir demolição; sujeitar o que é bom ao que está mal, e no dia em que se deita abaixo o que não presta, surge um problema que nunca deveria ter surgido!...

O antigo palácio onde está «O Século», e a sua lindíssima meia laranja fronteira, não são mais um exemplo de um sentido de urbanismo que nós muitas vezes não temos tido?

Um edifício novo e bom não basta: é preciso que haja um lugar para ele e ele esteja no seu lugar. Onde está esse lugar, se a cidade tem que sofrer uma transformação que ainda não sabemos qual é?

Não tenhamos, portanto, pressa de construir, a não ser em zonas urbanizadas já e onde é natural que se não toque; esperemos um pouco mais, e venha antes de mais nada esse plano geral, o mais urgente de todos os problemas, mesmo em matéria de edifícios públicos!...

É certo que ambas as coisas andam intimamente ligadas e por isso gostámos de ouvir dizer alguém, inteligentemente: — «Quero ter aqui uma série *de estudos*, apenas, prontos à primeira voz; depois veremos...»

E façam-se demolições. Não alimentemos sentimentos mal definidos, pieguices, nem demos força à hesitação, à timidez, ao preconceito.

Uma das coisas que mais nos embaraça é o *pitoresco*!... *Pitoresco* quer dizer, pelo dicionário, «o que é digno de ser pintado» e daqui vem o mal. Tudo que dê quadrinho a óleo ou aguarela, bilhete postal ilustrado, a sépia ou a cores, é pitoresco e como tal não se lhe toca.

*Pitoresco* é o bairro onde as casas se amontoam sem ordem, formando recantos, saguões, furnas justificadas por um arco de volta abatida, com um fecho com umas gotas pombalinas ou encimado por um registo de azulejos antigo; *pitoresco* são as ruas onde não cabem duas pessoas a par, onde as varandas de grades desconjuntadas se tocam e as pedras da calçada se levantam para espreitar o próprio pitoresco; *pitoresco* são as crianças jogando a bola nesses pátios sem ralo, onde a água da chuva se junta à das lavagens constituindo piscinas onde boiam trapos, papéis e folhas de couve; é a roupa estendida embandeirando os becos; as caves sem luz; os cubículos onde dormem famílias; as cantarias arruinadas, as paredes escalavradas; o sebo nos cunhais, o fumo nos tetos, o caruncho nos sobrados, o cheiro a azeite de frigir peixe, os gatos, a guedelha, o inseto.

Há disto em Paris, em Londres, em Berlim, em toda a parte.

Constroem-se bairros operários, cidades-jardins, reclama-se o ar livre, o sol, a água, a higiene, a ordem, e... conserva-se o pitoresco, porque há numa empena um painelzinho com a virgem ou porque o 1.º andar faz ressaltar sobre a loja. Enquanto falte a casa de habitação higiénica está bem que se tenteie esse estado de coisas, mas no dia em que 5.000 casas esperem 20.000 dessas vítimas do pitoresco, o pitoresco há de ficar de pé com as vítimas, porque é histórico, porque é sagrado.

Faltarão o espaço para este ou para aquele melhoramento, mas não se deitam abaixo as eternas relíquias: o velho e o sujo.

Abençoada decisão que está em vias de transformar por completo o Rato e abençoadas todas as que se seguirem. No dia em que seja possível alojar essas famílias, é rodear o bairro pitoresco e desabitado por um gradeamento com portão e estabelecer entradas pagas — na melhor das hipóteses.

O pitoresco inventa-se, bem sei: — Se eu tiver de colocar três edifícios num terreno plano, posso elevar o do centro em relação aos outros, por meio de rampas, de escadarias, posso pintá-los de cores diferentes, criar pitoresco; se o meu terreno for já de si movimentado e eu souber aproveitar esse movimento para dispor *ordeiramente* os meus edifícios, sem outra preocupação senão a de aproveitar o terreno tal como está, e ser ordenado nessa disposição, o pitoresco nasceu por si; mas se eu pegar nos meus três edifícios, os jogar como dados sobre o terreno, os salpicar de cores, de lama, de sebo, esmurrando arestas e amolgando paredes, cu não criei pitoresco: *provoquei a desordem*!...



O pitoresco *de certos* bairros lisboetas é assim. Demolidos esses focos de infeção, tão nocivos, alguns, como o célebre bairro das minhocas, criámos espaço; demolido o mau hospital-convento ou a escola-convento má, criámos espaço.

Estes espaços serão jardins, facilitarão a abertura de novas ruas, constituirão zonas de proteção para edifícios anexos, serão, enfim, o terreno que faltava para construir de raiz um outro edifício novo, se não for mais acertado deixá-lo livre.

No programa que traçámos de ir desde a demolição à valorização máxima do que é antigo e bom, colocamos os Palácios das Necessidades, de Ajuda, de Belém no grupo dos edifícios intangíveis e não vamos apregoar que se construa uma residência *moderna* para S. Ex.<sup>a</sup> o Chefe do Estado, nem classificar de impróprio o das Necessidades para instalação dum Ministério. Abençoada portaria do Ministério das Obras Públicas que manda restaurar este último: Tudo quanto se faça neste sentido é digno do maior louvor e todos os sacrifícios são poucos.

No termo médio, o das adaptações possíveis, que se proceda com o maior cuidado: não é caso raro transformar tanto, adaptando, que acabava por ser mais barato arrasar e construir de novo.

Mas que destino é possível dar a tantos conventos-barracões que para aí ostentam velharia e miséria?

Ao esboçar esta conferência, lançámos uma noite — altas horas da noite — uma hipótese — uma hipótese que no dia seguinte, à luz do sol, nos pareceu absurda e ridícula; pois vamos ler o que escrevemos, apesar-de tudo, para que possamos talvez rir um bocado. Dizíamos nós:

— «Que coisa mais parecida pode haver entre a vida dum frade que renunciou a certas exterioridades da vida e a dum velhinho humilde cujas aspirações não vão além dum final descansado, na penumbra dum quarto por onde entrem uns raios de sol?

O que se dá com as árvores dá-se com os homens: a árvore nova morre mais facilmente com a falta de tratamento; a velha, abandonada, não precisa senão dumas gotas de chuva ou duma fraca humidade da terra; e fazem-lhe entalhes a canivete, marcam-lhe no tronco a data dum encontro no banco que fica ao pé, cortam-lhe pernadas, dão-lhe golpes de machado e o fiozinho de vida parece um fio de aço.

Esses velhinhos não prescindiriam de cuidados, mas com pouco se contentariam... Quando eu for velho e desamparado dêem-me um quarto no Asilo do «Arquivo de Identificação...»

Não acham comovedor? Ainda bem que reconsiderarei: nem asilos, nem arrecadações! E a higiene? e os riscos de incêndio? Nada? O melhor é demoli-los pura e simplesmente!...

Se propondo esta medida, que aliás não é nova entre nós — (Demolição do Convento das Francesinhas, ao pé do Palácio do Congresso, por exemplo) ganho a desestima dos arqueólogos, lembro-lhes ao mesmo tempo que tudo quanto fosse digno de arquivar — o portal, a lápide, o brasão — iria enriquecer o Museu do Carmo. Far-se-iam levantamentos de fachadas, de motivos de maiores dimensões ou irreconstituíveis (sic), e eles ficariam conservados pelo desenho cotado, pela aguarela, pela fotografia — para recordação e ensinamento.

Os futuros edifícios públicos deverão ser projetados, antes de mais nada, sobre um *programa* solidamente construído, sem o que de nada valerão as suas fachadas e interiores, por mais importantes que sejam.

O arquiteto não é enciclopédico: ao lado dele, que projeta, do engenheiro, que calcula, deve sempre existir o especialista que estabelece o programa: médico, se se trata de hospital, professor, se se trata de edifícios de ensino, etc.

Não é qualquer pessoa que sabe o que quer e nem sempre o especialista tem na mão a solução última do problema: nada disto é novidade mas geralmente não se faz assim.

Entendemos dever focar, nesta altura, a obra que S. Ex.<sup>o</sup> o Sr. Ministro das Obras Públicas está fazendo no sentido de mandar estudar, como devem ser estudados, os problemas relativos à construção dos novos

edifícios públicos:

Insistimos no verbo *estudar*, não vá o Lisboaeta apressado supor que daqui a dois meses vamos ter de pé aquilo que por enquanto não passa de *estudos* — e são-nos indiferentes as interpretações que, a respeito desta justíssima manifestação de apreço por uma obra digna dos maiores louvores, alguém possa fazer.

As portarias que nomeiam técnicos para a elaboração do projeto de reconstrução do Palácio da Ajuda; Projetos de construção e conservação de edifícios destinados à instalação de serviços da Guarda Nacional Republicana e Guarda Fiscal; do programa e anteprojecto das instalações de uma instituição de higiene; do plano geral de construção e conservação dos edifícios da Alfândega; do programa e projeto das novas construções da reitoria e das Faculdades de Direito e Letras; do programa e anteprojecto das obras de conclusão e adaptação do edifício anexo aos Jerónimos, para nele ser instalado o Museu Naval, dos projetos de zonas de proteção dos edifícios públicos, etc., etc., etc. — estas portarias, se nos não dão realidades, dão-nos grandes esperanças.

E nunca os técnicos foram colocados tão no seu lugar, nem tão respeitados os seus direitos.

À cabeça de todos os edifícios a projetar devem figurar estas imposições: *economia e rapidez de execução*. Economia não é sinónimo de deficiência, mas antónimo de ostentação; rapidez não quer dizer precipitação ou imperfeição.

Nós estamos hoje exatamente na situação daqueles que, após um terramoto, deviam reconstituir uma cidade inteira. Um ou dois edifícios ricos não interessam: interessa, sim, levantar um conjunto de edifícios sem os quais não podemos passar e que satisfaçam, com prejuízo das ostentações postiças.

Fala-se da pobreza do Rossio, da pobreza do pombalino, mas se não fosse essa pobreza da cidade seria ainda hoje, talvez um montão de ruínas.

A expressão da arquitetura dos nossos dias não nasceu dum desejo de fazer *diferente* nem pobre, nasceu antes de mais nada duma reação natural contra a desordem, contra o falso pitoresco; o insignificativo pitoresco das construções do século passado e do começo deste — e, por acaso, veio ao encontro das dificuldades da época que atravessamos.'

Chegámos ao «caixote» como depreciativamente se diz: É facto: mas que intenção nobre não há na renúncia a todos, os postiços, na busca da pureza máxima!

A grande Pirâmide do Egito é um monumento cujo valor; estético ninguém discute; vem nas histórias de arte, fala dela o Salomão Reinach; e no entanto não passa duma simples pirâmide quadrangular, sólido que não foi abolido dos livros de geometria para uso das escolas primárias.

Ao «caixote» falta certa amabilidade, certa afabilidade, do manuelino ou da renascença, mas o caixote tem o valor da verdade nua e crua — e quando tivermos respirado, quando nos tivermos convencido que matámos, não o manuelino nem a renascença, mas todos esses abortos enfeitados que acabamos de deixar para trás, a pouco e pouco, naturalmente, a nossa sensibilidade, que não está embotada mas foi irritada, procurará limar as arestas, amenizar as grandes superfícies lisas dando-lhes um claro escuro sóbrio e lógico, recorrerá mais à escultura, *sorrirá*. Será este o estilo dos futuros edifícios públicos.

Mas a linha reta não morrerá, porque é o símbolo da ordem, da orientação, da finalidade atingida, do apurmo, da dignidade. Ela estará sempre presente nos grandes vãos dos hospitais e escolas; nos renques de carteiras onde trabalharão empregados públicos disciplinados; nos corredores desafogados e limpos dos quartéis; nas salas de audiência reabilitadas; nas celas das prisões modelares; nas avenidas abertas a um trânsito claro e fácil; nos jardins, nos parques, por toda a parte.

Sejamos do nosso século; acompanhemos o Progresso, senão os arqueólogos de amanhã dirão que vivemos no século XVIII.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Sentimos que abusámos, mas vamos terminar.

V. Ex.<sup>as</sup> esperavam talvez que nós lhes tivéssemos dito: precisamos de um Palácio de Justiça e um Palácio de Justiça tem estas e estas... «divisões»; precisamos de novos Museus e os Museus modernos são iluminados desta e daquela maneira... Mas então isto não seria uma conferência; seria um curso de teoria de arquitetura!

V. Ex.<sup>as</sup> contavam talvez que nós tivéssemos vindo aqui alvitrar a colocação da Bolsa na Junqueira ou a do Estádio na Rua 24 de Julho, como se o plano de urbanização da Cidade fosse coisa que nós trouxéssemos já na algibeira. Melhor: supunham vir assistir a uma conferência cheia de novidades como se para isso o conferente não tivesse de ser outro: — Estamos cheios de remorsos de vos ter ludibriado sem querer...

Vamos porém fazer um esforço, tentar uma ideia que será infelizmente a primeira e única: —

Lisboa tem, no seu Terreiro do Paço, um vestíbulo grandioso aberto ao Tejo e ao Mundo; no Rossio, uma sala de visitas, ligada a essa galeria magnífica que é a Avenida da Liberdade... E depois?

Lá em cima; no alto, entre a Estufa Fria e a Avenida do Marquês da Fronteira alarga-se um vasto planalto que domina o rio... E se nós construíssemos aí uma massa de edificios imponentes, de museus de arte — gastando todos os cartuchos na constituição de uma Acrópole de Lisboa, para que pudéssemos dizer cá para baixo, com orgulho:

— «Senhor Século XVIII: Cá estamos!... Aqui nos tens!

---

<sup>1</sup> A construção do novo edificio, encontra-se, hoje, muito adiantada.

<sup>2</sup> Esta conferência realizou-se a 12 de Dezembro de 1934. De então para cá as coisas mudaram. Não houve profecia: estava tudo no programa.

<sup>3</sup> A urbanização do referido local está estudada. Verifica-se, em face deste estudo, que não há outras hipóteses a admitir senão as duas formuladas.